

Das Brenhas ao Asfalto - Investigação da Fricção Interétnica das Comunidades Indígenas Transitórias na Cidade de Cruz Alta

Cláudio Baptista Carle¹

RESUMO: A investigação sobre a criação da Casa de Passagem do índio Kaingang em Cruz Alta.

PALAVRAS-CHAVE: *Kaingang, Índios, Casa de Passagem*

ABSTRACT: The inquiry on the creation of the House of Ticket of the Kaingang indian in High Cross.

KEY-WORDS: *Kaingang, Indians, House of Ticket*

Introdução

O título deste trabalho é baseado no título da tese do Prof. Dr. José Octávio Catafesto de Souza ao qual devo o meu conhecimento sobre as sociedades indígenas e seu estudo. A proposta também é realizar uma homenagem a este pesquisador que não vem sendo bem valorizado em sua instituição de origem e o que demonstra uma falta de sensibilidade com a questão indígena naquela. A UFPel nova na sua constituição enquanto antropologia tem buscado valorizar mais esta produção e pesquisa e em poucos anos será referência nacional. Este estudo porém está relacionado a um tempo de pesquisa anterior e que mantém-se hoje dentro da UFPel. É uma pesquisa sobre a criação da Casa de Passagem do Índio em Cruz Alta, cujo principal beneficiado é o Kaingang.

O estudo ora apresentado *Das Brenhas ao Asfalto - Investigação da Fricção Interétnica das Comunidades Indígenas Transitórias na Cidade de Cruz Alta*, foi uma prévia do conhecimento até o momento já obtido dos Kaingang que transitoriamente saem de suas aldeias (reservas) localizadas em áreas muitas vezes

¹Prof. do Curso de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil.

distantes de ocupação de euro-descendentes (as brenhas) e se deslocam para região da cidade de Cruz Alta (asfalto) para desenvolver uma dinâmica social diferente que em suas áreas de origem. Foi uma pesquisa-ação que conjugou antropologia e Serviço Social e revelou seus problemas na ação. A equipe da Universidade de Cruz Alta² foi liderada pelo autor e pela colega do Serviço Social, Ciberen Ouriques.

A resistência cultural e física desta sociedade enquanto patrimônio vivo e étnico da nossa sociedade é assegurada pela constituição e fica ao encargo dos Estados e Municípios apoiar neste exercício. Preocupados com esta possibilidade a sociedade cruzaltense através de seus órgãos de administração pública, em destaque a Secretaria e Desenvolvimento Social, na figura de sua Secretária Natália Steinbrener, e a Câmara dos Vereadores, na figura do parlamentar Alex Sandro Della Méa, desenvolveram, na integração com outras secretarias e departamentos municipais, uma ação no sentido de implementar um modelo de ordenação da vida destes viajantes dentro do espaço da Cidade de Cruz Alta. Pretenderam criar uma Casa de Passagem e uma banca de vendas para este grupo considerou importante implementar uma política pública para indígenas em Cruz Alta. Desta proposta original resultou a criação de uma comissão no setor de habitação da prefeitura que procurou um espaço para construir a casa de passagem.

O momento histórico que tal ação representa resulta de levantamentos etnográficos e histórico-culturais efetuados na etnia indígena Kaingang, principalmente na figura do Professor Doutor José Otávio Catafesto de Souza, cuja vasta obra pericial nos foi emprestada pelo mesmo possibilitando o aprofundamento desta questão para esta cidade.

² Este texto se refere ao período 2005-2008 em que ainda estava na UNICRUZ o projeto.

A questão Kaingang

O Kaingang, grupo étnico de fala Jê, é uma população indígena, dentre as mais numerosas do sul do Brasil. Este grupo étnico está em relevante momento de sua histórica, pois estão reivindicando a posse de terras e o direito sobre os seus territórios, revalorizando elementos tradicionais de sua cultura. Há muito tempo vem sendo inserido no contexto da sociedade regional, fruto de eliminações físicas e étnicas, hoje reivindicam legitimamente sua manutenção como grupo étnico proteção legal do Estado. Há que se procurar entender como se desenvolve a resistência. Apresenta com certeza uma articulação com os mecanismos que sempre tentaram diluí-la na sociedade nacional, engendrando caminhos no sentido de lutar contra a expropriação da sua terra. Hoje esta sociedade, como dantes, migra entre as remodelações dos não-índios na perspectiva de manutenção do seu modelo de vida e na interlocução com a sociedade que se pretende envolvente. Sua perspectiva migratória já demonstrada pela arqueologia hoje se refaz, pelos sistemas viários disponibilizados pelos não-índios, e seus pontos de parada e comercialização³ são estabelecidos pelas possibilidades afirmadas pela sociedade regional. Permanecem próximas as rodovias e aos trevos das estradas no sentido de perpetuar sua cultura, nos aspectos nômades, e revitalizara sua existência com a confecção e venda de artesanato.

O Rio Grande do Sul, principalmente nos municípios de Passo Fundo, Erechim e Lagoa Vermelha, o antropólogo supracitado desenvolveu pesquisas com o intuito de fundamentar laudos periciais de afirmação das terras indígenas, possibilitaram

³ Hoje praticada para manter-se viva, no que antes era uma forma de relação entre os grupos, na perspectiva da aliança ou nos tratados de não agressão, durante as viagens empreendidas.

identificar, em pesquisa de campo, dados para a Regularização das Terras Indígenas de Monte Caseros e Ventarra⁴.

O índio Kaingang está inserido naquilo que Souza (1994e) ao tratar dos *índios como um problema social no Brasil contemporâneo* considera necessário aprofundar a problemática conceitual sobre "questão indígena" e envolvendo teoria e ações empíricas diversas. Busca-se dar conta de dados advindos da realidade social sulbrasileira, enfatizando as relações observadas empiricamente entre os descendentes indígenas e os demais cidadãos brasileiros que com eles convivem direta ou indiretamente. O "índio" sempre foi colocado em uma posição de divergência com a sociedade e sua impressão determina um pensamento preconceituoso. O índio já apresenta reconhecimento social dentro de nossa sociedade sendo que em muitos casos ainda é tratado como um incapaz.

É importante destacar o que trata o Estatuto do Índio publicado em 1973 no Diário Oficial da União (DOU) no governo de Emílio G. Médici que busca regular a situação jurídica dos índios, que interessadamente são chamados também neste de "silvícola" e de suas comunidades para a preservação da cultura. O que é antagônico, pois pretende "integrá-los, progressiva e harmonicamente". Este pressuposto deve ser indicado, é um dos mais intrigantes dentro deste estatuto, pois com isso a proteção de seu processo de preservação cultural. Segundo este estatuto os índios são entendidos obtendo a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam os demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas.

Os índios, por este estatuto, são considerados: Isolados - quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional; Em vias de integração - quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos,

⁴ conforme estabelecem o Decreto-lei número 22/91, o processo administrativo específico da Fundação Nacional do Índio e a Portaria número 352/PRES/95/FUNAI.

conservem menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional; Integrados - quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

No seu artigo sexto está destacado que serão respeitados os usos, tradições costumes das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum. É muito importante salientar o que o artigo sétimo destaca: *Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido nesta Lei.*

Esta tutela estabelecida é aplicável no que couber no direito comum, independentemente, todavia, o exercício da tutela da especialização de bens imóveis em hipoteca legal, bem como da prestação de caução real ou fidejussória, sendo conduzida pela FUNAI. Relacionada a questão da Tutela é importante destacar a questão das terras indígenas que são aquelas ocupadas ou habitadas pelos índios, as reservadas, as terras de domínio das comunidades indígenas. Estas não podem ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, são bens inalienáveis da União. A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas distintas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades: reserva indígena; parque indígena; Colônia agrícola indígena; território federal indígena.

É importante também considerar que estas comunidades apresentam uma base muito forte na lei sobre a questão da Educação, Cultura e Saúde. Sendo assegurado a estes o respeito ao seu patrimônio cultural, seus valores artísticos e meios de exploração. O ensino deve ser adaptado para eles, sendo sua alfabetização garantida em sua própria língua. *A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quando possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.* O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas indígenas. É assegurada também a proteção à saúde e na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse destinados. O regime geral da previdência social é extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas.

Verificando estas questões asseguradas pelo estatuto do índio e muitas outras, aqui não arroladas, nos faz pensar que esta atividade proposta pela Prefeitura Municipal de Cruz Alta através de sua Secretaria de Desenvolvimento Social busca compensar estes processos.

Conforme nos coloca José Octávio (1994a) a política oficial de integração nacional das populações indígenas entendida como intenção assumida pelos diversos agentes individuais, foi aprimorada no processo histórico da jovem Nação brasileira. Este mesmo autor enfatiza as ações contínuas de exclusão do Grupo e interpõe formas de sua inserção na sociedade de maneira pejorativa, levantada por termos como o legal silvícola, "bugre", selvagem e outros.

"Atos de violência foram vivenciados, segundo o relato dos próprios índios, sem a possibilidade de qualquer defesa legal. Os índios antigos não tiveram acesso aos

mecanismos jurídicos considerados legítimos pela sociedade nacional, nem mesmo tiveram informações sobre seus direitos. Apenas podiam sofrer quietos os agravos de que eram objeto. Para os Kaingang de Monte Caseros, não havia defesa possível. A situação hoje está completamente invertida e eles consideram que sua luta recém começou” (SOUZA, 1994a).

A memória dos indígenas, do Kaingang em questão, sofreu e foi submetido durante muitos anos por esta designação espúria que eles mesmos questionam hoje. A sociedade envolvente não consegue, contudo desatrelá-los destes processos de exclusão gradativa, mas constante expulsão de suas terras e de seus caminhos. Considerando Cruz Alta como parte integrante de seu imaginário inicial e que possibilita a sua retomada enquanto caminho e local de pouso.

A pesquisa antropológica e a intervenção do Serviço Social

O que aprendi com José Octávio é que a etnografia é uma viagem ao mundo do “outro”, desvendando uma “teia de significados” (GEERTZ, 1989) inscrita nas ações sociais dos grupos que se projetam em seus fazeres cotidianos e em sua cultura material (este objeto de estudo da arqueologia – que é uma forma de antropologia) O “ponto de vista” do índio, neste caso o Kaingang, implica na imersão do investigador no dia a dia do índio em estudo de contexto. A investigação etnográfica mais que um método transforma-se em atitude do pesquisador. A visão de mundo do “outro” que é o índio a partir do que ele pensa é o exercício

continuo do fazer etnográfico, é ter acesso à “visão de dentro”, ou seja, ao mundo de significados que orienta e dá sentido às ações dos índios. No caso do Serviço Social esta atitude não se faz representar, pois a ação sempre é interventiva e os Kaingang em questão foram considerados grupo de risco.

A etnografia (SOUZA, 1993a) como metodologia antropológica possibilita o entendimento dos significados a partir do ponto de vista de quem os produziu. Os estudos etnográficos elaboram conceitos através da compreensão dos valores, representações, construções culturais que fazem parte da forma de ser dos indígenas (SOUZA, 1994a). A busca de observar e menos de intervir nos Kaingang sempre sofreram com as ações da parcela da equipe do Serviço Social, sendo que em um momento tivemos sério conflito com o grupo que observávamos, onde as pessoas não queriam mais nossa presença entre eles. Isto ocorreu devido a informações desconhecidas sobre possível prostituição infantil e bebedeiras, que foram relatadas pela colega do Serviço Social junto às lideranças da aldeia.

Os estudos etnográficos foram à forma de entrada para o entendimento das relações que estes grupos possuem com seus interlocutores na política municipal que se aplica a estes. A questão é que com isso o Serviço Social passou a interferir diretamente entre os índios, sendo que o nosso trabalho acabou ajudando a que isto ocorresse.

A antropologia e o método etnográfico possibilitaram uma reflexão sobre o modo pelo qual vem ocorrendo essas interações adaptações e as perspectivas desses novos caminhos de pesquisa sobre a presença indígena na cidade (DUMONT, 1985). A análise dos caminhos da pesquisa que ainda está em desenvolvimento foi pouco explorada e mostraram as dificuldades de diálogo entre a Antropologia e o Serviço Social, em uma investigação aplicada ou investigação ação. As bases do método etnográfico, na concepção dos antropólogos (BRANDÃO, 1986), indicou um dos principais desafios de pesquisa relacionado basicamente na sua adaptação e

utilização no campo de pesquisas de Social em especial o Serviço Social não se demonstra válida, para estes, pois sempre pretendem uma intervenção.

A etnografia para os antropólogos está além da metodologia de pesquisa ou técnica de coleta de dados, é entendida como o eixo fundador da disciplina, a filosofia da mesma (HAGUETTE, 1990). O Serviço Social ainda é assistência social e o conceito de controle social vem sendo aplicado para os grupos e não para os governos. Cabe dizer que a etnografia é a descrição sócio-cultural de um determinado grupo (SOUZA, 1991b). A etnografia caracteriza-se pela ênfase na exploração de um fato social particular, realizam entrevistas em profundidade, busca a observação participante, desenvolve a análise de discursos de informantes, investiga em detalhes o contexto e as ações sociais, busca mesmo uma perspectiva microscópica da interpretação de significados e práticas sociais, que assumem a forma de descrições verbais (LÉVI-STRAUSS, 1975). O estudo etnográfico realiza a investigação da realidade de um grupo a partir do grupo mesmo, sendo o conhecimento científico gerado a partir do ponto de vista do indígena (SOUZA, 1994e). O Serviço Social intervem e indica ações para os indivíduos determinando com bases legais o que estes devem fazer para se manterem, mas isso funciona razoavelmente para não-índios o que não é o caso dos Kaingang em estudo.

As informações das fontes originais não intermediadas foram feitas com relativização, pois o significado de um ato é visto não pela dimensão absoluta, mas no contexto em que acontece, o que é uma relativização (MAUSS, 1972). Clifford Geertz (1989) indica que o método etnográfico é uma descrição densa, onde o antropólogo a realiza em profundidade, buscando dar enlevo as “teias de significado”. Estudamos vários textos produzidos pelo antropólogo José Octávio de Souza, que nos configurou claramente

os problemas atuais que os Kaingang tem com a sociedade envolvente.

A sociedade Kiangang que é configurada por indivíduos que constroem sua vida por valores que regem seu mundo. O estudo deste texto próprio da comunidade é o que investigador deve fazer, uma apreciação sobre essas interpretações elaboradas coletivamente. O que muitas vezes não aconteceu em nosso estudo tendo em vista a intervenção contínua do Serviço Social. A idéia de um “controle social”, que o Serviço Social apregoa, muitas vezes serve para impedir as ações do próprio grupo em risco. Foi o que em muitos momentos de nossa pesquisa aconteceu.

Na perspectiva de Geertz (1989), chega-se a amplas afirmações sobre o papel da cultura na elaboração da vida coletiva, a partir de “especificações complexas”. Para este autor (1989) o antropólogo deve usar um “microscópico”, já que se ocupa de pequenos universos que são os grupos indígenas. O Assistente Social ainda não compreende esta lente do mundo e recria a partir de leis para não-índios o que se deve fazer entre as comunidades indígenas. As intervenções muitas vezes não respeitavam as hierarquias sociais ou xamanicas dos grupos e interferia na pesquisa antropológica. Insisti que devíamos ouvir mais do que falar, mas os pesquisadores não conseguiam não interferir.

A Antropologia estuda a religião, o parentesco, e outros contextos através da análise do pequeno e do particular, é microscópica (SOUZA, 1994f). Olhar com atenção para o detalhe, para os pequenos gestos, para a vida privada e cotidiana, que são tão importantes e reveladores dos mecanismos que constituem a vida social (VIVEIROS DE CASTRO, 1987). O Assistente Social não se preocupa com isso, pois, já possui uma visão de mundo pré-estabelecida e usa dela para as sociedades que considera em risco.

A sistematização na etnografia (MALINOWSKI, 1988) é fruto de uma visão de dentro, constitutiva da vida de grupos específicos, deve ser buscada através do convívio íntimo e intenso do antropólogo com a cultura investigada. O entendimento do ponto

de vista do índio é possível através da observação participante, que se constitui no modelo de trabalho de campo para o investigador (GEERTZ, 1989). Para Malinowski (1988) e Mauss (1972), o método de trabalho possibilita ao etnógrafo um acesso a maneira como os valores sociais são vivenciados no cotidiano dos grupos. O Kaingang por ter sofrido por anos com a presença (PREZIA, 1994) dos não-índios usa das linguagens deste para se proteger das constantes penetrações em seu meio.

O pesquisador faz, utilizando de documentos pessoais, o trabalho de campo sistemático vivenciando o cotidiano do grupo estudado e a exploração de diversas fontes documentais (SOUZA, 1991a). O olhar do etnógrafo define uma postura e não somente uma técnica. O investigador deve pressupor uma noção de identificação da situação, onde os autores-atores definem a situação na qual se encontram, e ao fazerem-na, a estão construindo coletivamente (SOUZA, 1993d). Não foi possível com os assistentes sociais.

A dinâmica de trabalho de campo foi marcada pela idéia de implementação de vários estágios de pensamento tanto no campo da antropologia, considerando as especificidades de cada área do conhecimento. Foram realizadas leituras extensivas sobre as comunidades Kaingang do Estado e com isso buscar determinar as possíveis bases da estrutura sócio-cultural passível de ser observada nos grupos. Realizamos reuniões, com os responsáveis pela tutela, com a comunidade local e de seu ponto de origem, para identificar as possíveis ações de investigação permitidas pela comunidade. O trabalho compreendeu observações em loco dos processos de relações interétnicas que se desenvolvem naquela comunidade e nas outras que por ventura virão a se instalar junto a aquele espaço ou outro em Cruz Alta. Foram realizadas pequenas gravações em vídeo para melhor desenvolver as técnicas observativas em relação

aos aspectos a avaliados. Foram realizadas entrevistas com os indígenas bem como com a comunidade lindante.

Alguns resultados

O trabalho de campo que foi realizado nos obrigou a levar em conta e aprender novamente a situação cultural do Kaingang, frente ao espaço urbano, “o asfalto”, e sua reinvenção a partir de seus pressupostos trazidos da aldeia, “as brenhas”. A cultura do grupo Kaingang foi investigada, mesmo que não tivéssemos permanecido de forma prolongada junto à população estudada (SOUZA, 1994c). Não foi possível sofrer a impregnação dos costumes e das práticas dos Kaingang, perdendo muitos momentos de estranhamento e de seu significado (SOUZA, 1995b). O ponto de vista do índio não foi muitas vezes compreendido e as ações promoveram reações fortes e críticas ao processo de pesquisa e efetivação de ações do serviço social. Faltou muitas vezes partilhar da realidade Kaingang, da sua descrição do mundo e das suas marcas simbólicas (SOUZA, 1994e). Criamos mais problemas que entendemos os índios Kaingang.

A antropologia fez foco na saúde. O estudo teve início com um amplo levantamento de fontes escritas sobre este grupo no sentido possibilitar um pequeno banco de dados sobre este grupo, em conjunto com o Serviço Social, sendo que estes dados ficaram restritos ao laboratório deste Curso, pois não há dados de saúde sobre esta comunidade. Estes índios são atendidos como um cidadão comum, e não como comunidade indígena, em Cruz Alta, não havendo dados sobre saúde em qualquer secretaria, mesmo na de Assistência Social, talvez outro projeto de saúde em termos quantitativos deva ser realizado.

Outra atividade que desenvolvi nos meses iniciais de pesquisa foi a caracterização cultural deste grupo na relação com o não-índio, nos aspectos de saúde. O primeiro ponto importante a destacar que as nossas noções de higiene e responsabilidade pela

higiene estão sendo aos poucos incorporadas pelos índios Kaingang, mas não é foco de discussão da doença. A doença para eles é proveniente de relações mágicas no campo da ação não válida do ser índio sendo que reconhecem três tipos de doenças as de origem animal, as de origem humana e as de origem vegetal, conforme o tipo de doença há um sistema de cura. A maioria das doenças que estes sofrem são “de origem humana”, segundo indicam e os tratamentos são alopatícos, através de intervenções dos não-índios os quais são os responsáveis por estas doenças. As de origem animal e vegetal são tratadas pelos kunhãs (líderes religioso). Há outro tipo de doença que não é considerado doença que é a doença da alma, para nós poderia ser entendida como doença psicológica, mas que não podemos transpor tão diretamente assim. Não há cura sem identificação da doença. E muitas vezes as ações dos não índios são erradas por reconhecer a doença não levando a cura.

Propúnhamos também conhecer os níveis de intervenção cultural no campo da saúde que os Kaingang têm sofrido, o que não se tornou possível, pois não-índios não os reconhecem como índios, estes não existem nos nossos bancos de dados, não há como identificá-los através de estudos dos documentos não-índios. Para efetivar este estudo é necessário trabalhar na aldeia de onde são originários ou conviver com os sistemas de cura nos acampamentos que realizam nas cidades, o que determina uma convivência mais contínua com os mesmos, como tempo destinado a pesquisas financiadas pela instituição é algo impossível, pois um ano com quatro horas semanais não permite tal estudo.

Infelizmente para o estudante não familiarizado com as comunidades a pesquisa em campo não permita uma identificação clara do que é sua construção teórica e do que é sua investigação antropológica na área da saúde. No caso da primeira bolsista esta não correspondeu nem a possibilidade de investigação direta dos índios a partir de uma visão massificada do não-índio quanto mais a

uma pesquisa no campo da antropologia da saúde. O que podemos constatar desta pesquisa é que não há um reconhecimento da presença indígena em Cruz Alta, nem pela instituição médica e nem pela assistência social que o identifica como um cidadão comum em risco, e não como uma outra etnia, com parâmetros sócio-representativos muito diferentes dos nossos modelos culturais. O Professor José Otavio Catafesto de Souza o qual deu início aos estudos desta fricção interétnica em Cruz Alta, havia considerado a falta de possibilidades da Prefeitura e mesmo da Universidade em efetivamente realizar um acompanhamento deste grupo, tendo em vista a falta de conhecimento sobre os mesmos.

Considerações Finais

A pesquisa possibilitou realizar contatos com funcionários da FUNAI, da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a Secretaria Municipal da Saúde, com NIT – UFRGS, com a Associação Indígena de Inhacorá, com o Posto Indígena de Inhacorá e Guarita e com a Antropóloga da EMATER.

Não há como realizar um plano de ação junto às instituições de saúde para redução dos níveis de intervenção dos não-índios na comunidade, principalmente no que se refere à saúde indígena, pois estes nunca são reconhecidos como índios. No campo da Educação Patrimonial com a Cidade no sentido da valorização destas comunidades indígenas remanescentes é algo que até o momento é impossível de realizar, os índios são vistos como comunidade “carente” ou como “vagabundos” e esta percepção é executada pela autoridade pública ao enquadrá-los na condição de um cidadão comum em risco. Existe uma ampla gama de resultados que foram arrolados no trabalho de pesquisa, mas que não dizem respeito a este projeto que estão sendo tratados em separado para uma futura publicação no campo do Serviço Social.

A falta de tempo e a irresponsabilidade da primeira bolsista foram um dos principais pontos de dificuldade em realizar a

pesquisa. A aproximação feita com os índios foi muito boa apesar de alguns contratempos causados por informações desencontradas entre o grupo acampado na rodoviária e suas lideranças contactadas.

A forma de abordagem da equipe é que determinou este problema e que não pode ser solucionada levando a comunidade há refletir mal junto aos pesquisadores causando uma série de dificuldades de resgatar informações. A sua não continuidade é um aspecto muito ruim para a instituição, mas vem sendo de praxe na pesquisa. A primeira bolsista infelizmente foi uma decepção quanto a sua formação como pesquisadora tendo em vista sua indisponibilidade para atuar no campo e pela falta de empenho em realizar as pesquisas documentais, já a segunda bolsista, podemos dizer ao contrário, esta se empenhou muito no pouco tempo que teve para realização do trabalho e no aprendizado sobre a inexistência de dados sobre estas comunidade e formas futuras para a solução deste problema. A colega envolvida na pesquisa por seu próprio projeto esta reconhecidamente demonstrou uma vontade muito grande em conhecer o método antropológico, mas como de direito enfocou os métodos do Serviço Social para compreender seus estudos, as trocas com esta colega e seu bolsista foram muito proveitosas, sendo que teria sido importante, se a instituição (UNICRUZ) tivesse tido interesse de formar um Grupo de Pesquisa na questão indígena. Hoje o projeto está sendo conduzido com mais dificuldade a partir da UFPel, no Curso de Antropologia, ainda sem verbas específicas para tanto.

Bibliografia

- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul s/d. *Fundo Indígena* (cinco maços de documentos). Porto Alegre.
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Os índios d'Aldeia dos Anjos - Gravataí - Século XVIII*. Porto Alegre: AHRGS, 1990.
- BECKER, Howard S. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1977.
- BECKER, Ítala Basile. O índio Kaingang e a colonização alemã. In: *Anais do Segundo Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1976. pp. 45-71.
- BECKER, Ítala Basile. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Pesquisas/Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.
- BELTRÃO, Luiz. *O Índio, um mito brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BOURDIEU, Pierre, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.
- CHIARA, Vilma. Índios do Rio Grande do Sul. In: *Enciclopédia Rio-grandense*. Canoas: Editora Regional Ltda. 1, 1956. pp. 3-28.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA E SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.
- D'ANGELIS, Wilmar Rocha. *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Cimi - Regional Sul, 1984.
- DIETRICH, Mozar. *Parecer Jurídico*. Passo Fundo: FUNAI, 1995.

- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa, nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./CNPq, 1988.
- DUARTE, Manuel. Velhos documentos riograndenses - copiados e anotados In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial. 97, 1945a. pp. 33-36.
- DUARTE, Manuel. Veredas Planaltanas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial. 97, 1945b. pp. 75-85.
- DUMONT, Louis. *O Individualismo: Uma interpretação antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- FACULDADES Integradas de Santa Cruz. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul: FISCS. 16, (19), out. 1989.
- FAYERABEND, Paul. *Adiós a la razón*. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* (adaptado do mapa de Curt Nimuendaju - 1944). 1980.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1989.
- GONÇALVES, C. Torres. Proteção Fraternal aos Índios. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios e Obras Públicas*. Porto Alegre, 1911. pp. 147-157.

- HAGUETTE, T.F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- HÖMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1986.
- INSTITUTO Anchieta de Pesquisas. *Documentos 2*. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 1988.
- INSTITUTO Anchieta de Pesquisas. *Pré-história do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 1991.
- KERN, Arno A.; SEFFNER, Fernando e SOUZA, José Otávio Catafesto de. Arqueologia de Salvamento e a ocupação pré-histórica do vale do rio Pelotas (Municípios de Vacaria e Bom Jesus): Iª Parte: Arqueologia de Campo. *Veritas*. Porto Alegre. 35, (133), 1985. pp. 99-127.
- KERN, Arno A.; SEFFNER, Fernando e SOUZA, José Otávio Catafesto de. - Arqueologia de Salvamento e a ocupação pré-histórica do vale do rio Pelotas (Municípios de Vacaria e Bom Jesus): IIª Parte. Arqueologia de Laboratório. *Veritas*. Porto Alegre. 35, (134), 1985. pp. 277-300.
- LEAL, Ondina F. (org.). *Corpo e Significado: Ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra: memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70. 2, 1983.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- MABILDE, Pierre F.A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação dos Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ibrasa, Brasília: INL/FNPM, 1983.
- MALINOWSKI, B. *Magia, Ciência e Religião*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MAUSS, Marcel. *Manual de Etnografia*. Lisboa: Olímpio, 1972.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP. 2, 1974.

- MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido (ensayos de etnohistoria)*. Assunção: CEADUC, 1986.
- MELIÀ, Bartomeu. *Una Nacion, dos Culturas*. Asunción: RP Ediciones/CEPAG, 1988.
- MELIÀ, Bartomeu. Informação etnográfica e histórica sobre os Kaingang do Rio Grande do Sul. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia*. 26, 1983. pp. 11-24.
- METRAUX, Alfred. The Caingang. *Handbook of South American Indians*. New York. 1, 1963. pp. 445-75.
- MINISTÉRIO da Justiça - Fundação Nacional do Índio/Diretoria de Assuntos Fundiários. Planta de Delimitação. Área Indígena Monte Caseros. Passo Fundo: Funai, 1993.
- MONTOYA, Pe. Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- NIMMUENDAJÚ, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1987.
- NIMMUENDAJÚ, Curt. Apontamentos sobre os Guarani. Tradução e notas de Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: N.S.. 3, 1954. pp. 9-57.
- NIMMUENDAJU, Curt. 104 mitos indígenas nunca publicados (introdução de Eduardo Viveiros de Castro). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN/Minc, 1986. pp. 64-112.
- OLIVEIRA, Maria Conceição de. *A etnomedicina e as práticas de cura entre os Kaingáng do P.I. Xapecó*. (Projeto de pesquisa (mimeografado)), 1993.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pineira Ed, 1976.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A crise do Indianismo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PARAISO, Maia Hilda B. Reflexões sobre Fontes Orais e Escritas na Elaboração de Laudos Periciais. In: SILVA, Orlando S.; LUZ, Lúcia & HELM, Cecília Maria V. (orgs.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. pp.42-52.
- PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural, três experiências contemporâneas*. Brasília: UNB, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PREZIA, Benedito. O Colaboracionismo Kaingang: dos Conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no Século 19. In: PREZIA, Benedito; Veiga, J. et al.. *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. Piracicaba: Ed. Unimed, 1994. pp. 59-80.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- RUSCHEL, Ruy Ruben. Presença Platina na formação de Torres. In: *Anais do Encontro de História e Geografia do Prata*. s/d.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1979.
- SALZANO, Francisco Mauro. *Estudo Genéticos e Demográficos entre índios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1961.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática Experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDENE, 1973.
- SANTOS, Sílvio Coelho. *O homem índio sobrevivente do sul*. Porto Alegre: Garatuja, 1978.
- SCHADEN, Egon. *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1989.

- SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- SHIRLEY, Robert Weaver. *Antropologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- SILVA, Aracy Lopes da. Há antropologia nos laudos antropológicos? In: SILVA, Orlando S.; LUZ, Lídia & HELM, Cecília M.V. (orgs.). *A Perícia Antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. pp. 60-66.
- SILVA, Fabíola Andréa & NOELLI, Francisco Silva. Para uma síntese dos Jê do sul: igualdades, diferenças e dúvidas para etnografia, etno-história e arqueologia. In: *Anais da XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*. Niterói: UFRJ. (mimeo), 1994.
- SIMONIAN, Ligia. *Os índios de Ventarra e seus direitos territoriais. Laudo Antropológico*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista. (mimeo), 1994.
- SIMONIAN, Ligia. Toldo Monte Caseros, RS: Terra de Índios. *Laudo Antropológico*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista. (mimeo), 1994.
- SIMPÓSIO Nacional de Estudos Missioneiros. *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros*. Santa Rosa: UNIJUÍ, 1993.
- SOUZA, José Otávio C. e TORRESINI, Elisabeth W. Rouchadel. *Levantamento e descrição de fontes referentes aos indígenas do Rio Grande do Sul dos séculos XVIII, XIX e XX*. Porto Alegre: FAPERGS. (Projeto de Pesquisa), 1991a.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. "A presença indígena no Quadrante Histórico Patrulhense". In: *Anais do Raízes de Gramado II: V Encontro dos Municípios originados de Santo Antônio da Patrulha*. Gramado: Prefeitura Municipal, 1994a.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Economia, tecnologia e ambiente natural entre os grupos Kaingang no sul do Brasil atual*. Porto Alegre: UFRGS. (Projeto de pesquisa), 1993a.

- SOUZA, José Otávio Catafesto de Souza; VENZON, Rodrigo; DIETRICH, Mozar Artur; ALVAREZ, Glênio da Costa. Regularização da Terra Indígena de Ventarra - Município de Erebang - Rio Grande do Sul. Grupo Técnico para produção de Parecer Antropológico Complementar. *Portaria No 352/PRES/95/FUNAI de 18 de abril de 1995*. Porto Alegre, setembro de 1995a.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Os índios de Lagoa Vermelha: ontem e hoje. In: *Anais do Raízes de Lagoa Vermelha: IV Encontro dos Municípios originários de Santo Antônio da Patrulha*. Lagoa Vermelha, 1993b.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. A pesquisa de fontes referentes aos indígenas do Rio Grande do Sul: notícias prévias. *Veritas*. Porto Alegre: PUC-RS, 36, (143), 1991b. pp. 413-422.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. A presença indígena no Quadrante Histórico Patrulhense. In: *Anais do Raízes de Gramado II: V Encontro dos Municípios originados de Santo Antônio da Patrulha*. Gramado: Prefeitura Municipal, 1994b.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. O que é, afinal, o corpo índio no Brasil Meridional? Limites modernos ao entendimento da lógica hierárquica indígena sobre o corpo. In: Leal, Ondina F. (org.). *Corpo e Significado: Ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995b. pp. 453-466.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Os índios de Lagoa Vermelha: ontem e hoje. In: *Anais do Raízes de Lagoa Vermelha: IV Encontro dos Municípios originários de Santo Antônio da Patrulha*. Lagoa Vermelha, 1993c.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Uma análise do discurso missionário: o caso da indolência e imprevidência dos Guarani. *Veritas*. Porto Alegre: PUCRS. 35, (140), 1990a. pp. 706-726.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *A Tecnologia da informática e o patrimônio arqueológico das Missões Jesuíticas de Guarani no sul do Brasil*. Porto Alegre: IBPC / Antropologia Social UFRGS, 1995c.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Economia, tecnologia e ambiente natural entre os grupos Kaingang no sul do Brasil atual*. Porto

- Alegre: UFRGS. (Projeto de pesquisa visando tese, apresentado em banca de seleção para uma vaga no Curso de Doutorado (mimeo)), 1993d.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Natividade (Re)velada: pluralidade étnica e invisibilidade da população de descendência Guarani-missioneira no atual RS*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS. (Projeto de pesquisa), 1994c.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *O que é, afinal, o corpo índio?: Aproximações conceituais para o estudo das noções de pessoa e corpo entre populações de descendência indígena do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. (Monografia), ago. 1994d.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *O que é, afinal, o corpo índio no Brasil Meridional?: Limites modernos ao entendimento da lógica hierárquica indígena sobre o corpo*. Porto Alegre: UFRGS, 1995d.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Os índios como um problema social no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS. (Monografia), out. 1994e.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Possibilidades de aplicação do eixo conceitual holismo-individualismo às configurações ideológicas presentes entre as populações indígenas Guarani*. Porto Alegre: UFRGS. (Monografia), ago. 1994f.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Regularização da Terra Indígena Monte Caseros - Municípios de Ibiraiaras e Muliterno - Rio Grande do Sul. Grupo Técnico para produção de Parecer Antropológico Complementar. *Portaria No 352/PRES/95/FUNAI de 18 de abril de 1995*. Porto Alegre, 1995d.
- SPONCHIADO, Breno A. A redução dos Kaingang: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: Ed. Unijuí, 1994. pp. 107-135.
- TAUSSING, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

- VALADÃO, Virgínia. Perícias Judiciais e Relatórios de Identificação. In: SILVA, Orlando S.; LUZ, Lídia & HELM, Cecília M.V. (orgs.). *A Perícia Antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. pp. 36-41.
- VARA, Alfredo. Corrientes en el mundo guaranítico. In: *Todo es historia*. Buenos Aires: Emílio Perina, (3), 1994. pp. 3-34.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico. In: Viveiros de Castro, E. & Cunha, Manuela Carneiro (orgs.). *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: USP/FAPESP, 1993. pp. 149-210.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- ZWETSCH, Roberto Ervino. Kaingang: os Limites do Desenvolvimento. In: Preziosi, Benedito; Veiga, J. et al.. *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. Piracicaba: Ed. Unimed, 1994. pp. 15-58.

Recebido em: 19/02/2008

Aprovado em: 22/08/2008

Publicado em: 03/10/2008